

BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 10, NÚMERO 7 - SETEMBRO 2014



Integração com a Ásia: o Brasil pega esse trem?

NEGOCIAÇÕES MEGARREGIONAIS

Integração regional no Leste asiático: desafios e perspectivas da RCEP

NEGOCIAÇÕES MEGARREGIONAIS

A América Latina e o comércio com a Ásia: para além do "prato de espaguete"

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da África e os países emergentes: Brasil versus China?



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 10, NÚMERO 7 - SETEMBRO 2014

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Fernando Marques

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

POLÍTICA COMERCIAL

4 **Comércio entre Brasil e Leste asiático: mais do mesmo?**

Leticia Cordeiro Simões, Wellington Dantas de Amorim

NEGOCIAÇÕES MEGARREGIONAIS

8 **Integração regional no Leste asiático: desafios e perspectivas da RCEP**

Yose Rizal Damuri

NEGOCIAÇÕES MEGARREGIONAIS

12 **A América Latina e o comércio com a Ásia: para além do "prato de espaguete"**

Adriana Erthal Abdenur

DESENVOLVIMENTO

15 **O desenvolvimento da África e os países emergentes: Brasil versus China?**

Neil Renwick

PROPRIEDADE INTELECTUAL

18 **A propriedade intelectual no Brasil: barreiras a um comércio internacional mais eficiente**

Marcelle F. Espíndola Barros

21 **Informações úteis**

22 **Publicações**

Próxima parada: Ásia



Há apenas 50 anos, a renda per capita da Coreia do Sul era equivalente a 50% da brasileira. Próximo dali, ao menos 15 milhões de pessoas perdiam a vida na chamada Grande Fome Chinesa. Ao Sul, as notícias tampouco eram positivas: em meio a sangrentas batalhas, milhares de pessoas pereciam na Guerra do Vietnã. Eram tempos difíceis para a Ásia, ainda abalada pelos enormes desafios derivados do processo de descolonização. É provável que a maioria dos analistas atuantes à época, se convocados a comparar as perspectivas econômicas asiáticas com o potencial da América Latina, reservasse suas profecias mais otimistas para Estados como Argentina, Brasil, México ou Uruguai.

Passado meio século, porém, os mesmos especialistas possivelmente chegariam a conclusões distintas. Embora alguns países latino-americanos recebam elogios ocasionais por seu desempenho, não há região do mundo em desenvolvimento mais celebrada que a Ásia. Eixo dinâmico do crescimento mundial, exemplo de transformação produtiva no curto prazo, fértil terreno para a inovação e a diversificação produtiva – quantas folhas não poderíamos preencher com opiniões positivas sobre o continente?

O desenvolvimento econômico asiático é um fato incontestável, assim como a importância de sua trajetória para que possamos compreender – ainda que parcialmente – as razões para nosso crescimento inconstante. Por trás de tais descrições e comparações, entretanto, existe uma pergunta fundamental: de que maneira a América Latina deve se relacionar com a Ásia? Qual o papel do comércio na construção de pontes com aquele continente? Ou, ampliando o espectro: à medida que os países asiáticos se consolidam como elementos fundamentais na complexa estrutura das cadeias globais de valor, o que caberá a nós, caracterizados por certa timidez na integração com os fluxos internacionais de intercâmbio?

O presente número do Pontes oferece a você, prezado(a) leitor(a), a possibilidade de refletir sobre a relação entre a América Latina e a Ásia. As páginas a seguir, ademais, lançam o desafio de pensarmos sobre uma questão incontornável, e que certamente acompanhará a trajetória dessa publicação pelos próximos meses e anos: daqui a 50 anos, o que dirão os especialistas sobre os caminhos adotados pelo Brasil em matéria de política comercial? Somente a comparação e a introspecção nos aproximarão de uma possível resposta.

As opiniões sobre perguntas dotadas de tamanha complexidade não se limitam a essa edição. Tanto o [site do Pontes](#) quanto o seu e-mail se destinam àquela que é nossa principal missão: tornar o Pontes uma publicação cada vez mais aberta a você, prezado(a) leitor(a).

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

POLÍTICA COMERCIAL

Comércio entre Brasil e Leste asiático: mais do mesmo?

Leticia Cordeiro Simões, Wellington Dantas de Amorim

Apesar de sua importância para o comércio mundial, a Ásia não ocupa uma posição privilegiada na política comercial brasileira. Este artigo discute os principais obstáculos que se colocam ao aprofundamento do intercâmbio entre Brasil e Leste asiático.

Historicamente, as relações do Brasil com a Ásia não figuraram entre as prioridades da política externa brasileira. Uma exceção nos anos recentes foi o destaque dado à China no contexto dos BRICS; e a "parceria estratégica" firmada entre os dois países na década de 1990, por esforço do embaixador brasileiro em Beijing, Roberto Abdenur.

Por muito tempo, a política externa brasileira esteve voltada para os Estados Unidos e para seus vizinhos latino-americanos. A relação triangular estabelecida na década de 1930 entre Brasil, América Latina e Estados Unidos ainda encontra repercussão nos dias atuais¹.

Diante desse quadro, este artigo analisa como a política comercial para a Ásia acompanhou os traços gerais que marcaram a política externa brasileira.

A política externa brasileira para a Ásia

As relações brasileiras com o Leste asiático tiveram início no final do século XIX², mas foi somente a partir da década de 1950 que a Ásia começou a surgir – embora timidamente – como uma opção para o governo brasileiro. Nesse período, foram atraídos investimentos japoneses para os segmentos de construção naval, siderurgia, metalurgia e automóveis.

As prioridades brasileiras sempre foram os países vizinhos, os Estados Unidos e os países europeus. Nos últimos 20 ou 30 anos, entretanto, o Brasil ampliou suas relações diplomáticas com a Ásia: além da criação de embaixadas em diversas capitais da região, foram realizadas visitas oficiais e incrementadas as trocas comerciais principalmente com Japão e China.

Na década de 1960, no contexto da política externa independente (PEI), uma das medidas que caracterizaram a nova disposição do país com relação à Ásia foi o reconhecimento, por parte do governo Geisel, da China continental como República Popular da China e o descredenciamento de Taiwan – movimentos contrários àqueles empreendidos pelos Estados Unidos.

A China era percebida pelo Brasil como uma oportunidade; e o Brasil passou a ser visto com bons olhos pelos investidores estrangeiros. Nesse momento, o país também estreitou laços com o Japão, que retomava seus investimentos no Brasil, o que possibilitava maior intercâmbio comercial, investimentos e cooperação tecnológica. O Japão associou-se a empresas estatais brasileiras, em busca da convergência de interesses e da estabilidade política em seus investimentos.

Nesse contexto, o presidente João Batista Figueiredo foi o primeiro mandatário brasileiro a visitar a China, em 1984; nesse mesmo ano, passou pelo Japão e assinou acordos sobre a imigração japonesa e cooperação em ciência e tecnologia³.

Apesar do interesse manifestado pelo Itamaraty em ampliar as relações políticas e comerciais com a Ásia no período posterior à Guerra Fria⁴, não foram observados movimentos consistentes nessa direção.

O FOCALAL em números

- 34 membros
- 40% da população mundial
- 26% das exportações mundiais
- 22% das importações mundiais

A partir do governo Fernando Henrique, as relações do Brasil com os países asiáticos são estreitadas, o que pode ser exemplificado pela criação do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Criado em 1999 com a função de promover o diálogo político e econômico e a cooperação entre as regiões, o FOCALAL constituiu, nos primeiros dez anos de sua existência, o eixo institucional em torno do qual o comércio entre as regiões quadruplicou. No entanto, a disparidade entre seus membros – por exemplo, entre Japão e Mianmar, no Leste asiático; e Brasil e Nicarágua, na América Latina – enfraqueceu um possível aprofundamento desse quadro⁵. Ainda, destaca-se a realização frequente de missões empresariais conduzidas pelo governo brasileiro à China e a recente criação do Banco dos BRICS. Tais movimentos indicam um crescente interesse por parte do Brasil em aproximar-se cada vez mais de seu principal parceiro comercial na Ásia: a China.

O relacionamento brasileiro com a China tem sido estreitado nos últimos anos principalmente na área de comércio e na agenda de cooperação Sul-Sul. Desde a virada do século, o continente asiático tornou-se o principal destino das exportações brasileiras, em grande medida devido às demandas chinesas. Desde 2009, a China ocupa a posição de maior mercado de exportações e principal sócio comercial brasileiro. Além da China, o comércio e o investimento brasileiros expandiram em outros países da Ásia, tais como Indonésia, Índia e Coreia do Sul. Mesmo assim, ainda é possível afirmar que o relacionamento do Brasil com o Japão é inercial; com a Coreia do Sul, incipiente; e com o Sudeste asiático é praticamente inexistente⁶.

O Brasil é para a Ásia fonte de matéria-prima e insumos básicos, e o interesse brasileiro naquela região está na atração de investimentos, no acesso ao amplo mercado asiático e na tecnologia de ponta da região⁷. Atualmente, o Brasil tem acordos de energia com China, Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Japão e Vietnã, com o intuito de tornar-se um fornecedor de etanol para a Coreia do Sul e o Japão⁸.

Obstáculos ao aprofundamento das relações comerciais

Os fluxos comerciais do Brasil com o Leste asiático apresentam características duradouras. A primeira delas é a assimetria qualitativa do fluxo comercial, com exportações brasileiras predominantemente de *commodities* e produtos semimanufaturados e importações de bens manufaturados. Esse quadro era válido quando o principal importador era o Japão, entre as décadas de 1950 e 1990, e permanece válido a partir do momento em que a China se torna o principal importador de produtos brasileiros.

A segunda é a grande participação de *tradings* estrangeiras tanto na exportação quanto na importação do Brasil (à exceção da Vale). De certo modo, o fluxo comercial sempre representou muito mais o resultado dos interesses comerciais estrangeiros do que das iniciativas governamentais brasileiras. Esse quadro está diretamente associado à já tradicional “timidez” exportadora de boa parte das empresas brasileiras, mais preocupadas em explorar o mercado interno.

A terceira característica está relacionada aos elevados custos de transporte, decorrentes da grande distância entre Brasil e Leste asiático. No caso das exportações brasileiras, esses custos são incrementados devido aos já conhecidos gargalos logísticos. Dessa forma, apenas produtos em que o diferencial qualidade-preço seja muito expressivo (por exemplo, soja ou hematita) podem ser considerados competitivos frente a outros fornecedores para o Leste asiático.

Atualmente, o Brasil tem acordos de energia com China, Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Japão e Vietnã, com o intuito de tornar-se um fornecedor de etanol para a Coreia do Sul e o Japão.

Destino das exportações
brasileiras
(em US\$ bilhões)

China

41,22

Estados Unidos

26,70

Argentina

17,99

Holanda

15,04

Japão

7,95

Fonte: MDIC (2012)

A quarta é a existência de diversos fornecedores de produtos semimanufaturados e manufaturados no próprio Leste asiático, fruto da expansão das empresas japonesas e posteriormente chinesas e sul-coreanas. Tal fator praticamente inviabiliza o aumento significativo de exportações brasileiras mais intensivas em tecnologia. Nesse caso, a ocorrência apenas episódica de exportações de produtos como aviões ou ônibus não refuta a tendência mencionada.

Existe a possibilidade de superar os obstáculos e alterar as tendências apresentadas? As perspectivas não são animadoras, caso persistam as características que marcaram a trajetória das relações do Brasil com a Ásia.

Os países asiáticos sempre buscaram garantir o Brasil como fornecedor confiável de matérias-primas no longo prazo, além do intuito de moderar o preço das *commodities* no mercado internacional. Por exemplo, a expansão da produção brasileira de soja teve participação fundamental do Japão. Em 1973, o governo estadunidense embargou as exportações de soja (inclusive em relação a contratos já fechados), de modo a tentar controlar a inflação. O Japão era totalmente dependente das exportações de soja dos Estados Unidos e teve que buscar fornecedores alternativos. Nesse contexto, o governo japonês estabeleceu, em 1974, o Prodecir I (seguido pelo Prodecir II), programa de cooperação com o Brasil por meio do qual investimentos eram destinados à realização de pesquisas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Desde então, o Brasil tornou-se o maior competidor dos Estados Unidos na exportação de soja⁹.

A posição do Brasil como fornecedor confiável de *commodities* também baliza o comportamento chinês em relação às exportações brasileiras. De fato, elementos como a distância e os gargalos logísticos, os quais incorrem gastos elevados; a baixa competitividade frente a fornecedores mais próximos, no próprio Leste asiático; e o pouco empenho da maioria das empresas brasileiras em prospectar nichos de mercado são apenas a antessala de um problema maior: o afastamento brasileiro da formação de cadeias produtivas globais a partir de grandes alianças comerciais¹⁰.

Afinal, enquanto as principais nações do Leste asiático têm se dedicado a propostas cada vez mais integradas de arranjos comerciais, tanto no âmbito da APT¹¹ quanto em iniciativas como a Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês) – neste último caso, sem a participação da China –, o Brasil não tem sido capaz de mobilizar os demais membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul) nessa direção. De fato, as elites econômicas do próprio Mercosul parecem muito mais preocupadas em garantir acesso ao mercado interno dos próprios países e exportar *commodities* para o Leste asiático do que incrementar o próprio Mercosul.

Exceto em nichos muito específicos, nos quais a competitividade dos produtos brasileiros supera concorrentes mais próximos ao Leste asiático (ou de outros competidores de *commodities* em nível mundial), as perspectivas de comércio entre as duas regiões tendem a replicar as características já existentes. Para alterar tal quadro, são recomendáveis medidas como promover a iniciativa empresarial, estimular a prospecção de mercados e oportunidades e desenhar estratégias específicas no âmbito governamental.

Esse cardápio já é do conhecimento de todos há décadas. Contudo, ao longo desse período, privilegiou-se a continuidade do fluxo de matérias-primas para o Leste asiático. De certo modo, trata-se de um perfil de política comercial induzido pela demanda asiática,

*[o] fluxo de matérias-primas para o Leste asiático
(...) [é] um perfil de política comercial induzido pela
demanda asiática, e o Brasil tem correspondido a essa
expectativa de forma consideravelmente passiva.*

e o Brasil tem correspondido a essa expectativa de forma consideravelmente passiva. Apesar das tentativas de aprofundamento das relações comerciais, não houve um esforço consistente nessa direção.

Considerações finais

O Brasil e o Leste asiático compartilham relações comerciais, políticas e sociais há mais de um século. No entanto, o aprofundamento quantitativo e qualitativo desse intercâmbio parece enfrentar obstáculos de difícil transposição.

Para isso, uma série de medidas deve ser adotada, a começar por um papel de maior destaque da Ásia na política externa brasileira, acompanhada da diminuição de uma série de entraves na estrutura produtiva/logística/empresarial do país. Afinal, deixar de estreitar os laços com a região mais dinâmica do capitalismo mundial parece ser uma decisão pouco sábia.

- ❶ Ver: Ricupero, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: Albuquerque, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Vol I. 2ª Edição. São Paulo: Lumen Juris, 2006, p. 15.
- ❷ Ver: Amorim, Wellington; Oliveira, Henrique Altemani. O Relacionamento Brasil-Japão. In: Albuquerque, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Vol III. 2ª Edição. São Paulo: USP, 2000, p. 475.
- ❸ Ver: Masiero, Gilmar. *Negócios como Japão, Coreia do Sul e China*: Economia, gestão e relações com o Brasil. São Paulo: Saraiva, 2007, pp. 282-291.
- ❹ Disponível em: < <http://bit.ly/1ubarhf> >.
- ❺ Disponível em: < <http://bit.ly/1wM0IQG> >.
- ❻ Ver: Oliveira, Henrique Altemani. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 237.
- ❼ Disponível em: < <http://bit.ly/1ubarhf> >.
- ❽ Disponível em: < <http://bit.ly/1ubaERG> >.
- ❾ Ver: Hollerman, Leon. *Japan's economic strategy in Brazil: challenge for the United States*. Lexington: Lexington Books, 1988, p. 226.
- ❿ Ver: Barbosa, Rubens. Cadeias produtivas globais. In: *O Estado de São Paulo*. Disponível em: < <http://bit.ly/1srM10R> >.
- ⓫ Sigla para designar "ASEAN Plus Three", diálogo criado entre China, Coreia do Sul, Japão e os membros da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), com o objetivo de uma ampla coordenação regional econômica.



Leticia Cordeiro Simões

Mestre em Relações Internacionais pela UERJ e pesquisadora júnior do INCT-PPED. E-mail: leticia.simoes@uol.com.br



Wellington Dantas de Amorim

Doutorando em Ciência Política pela UFF e professor do Centro Universitário La Salle-RJ. E-mail: wda3059@gmail.com

NEGOCIAÇÕES MEGARREGIONAIS

Integração regional no Leste asiático: desafios e perspectivas da RCEP

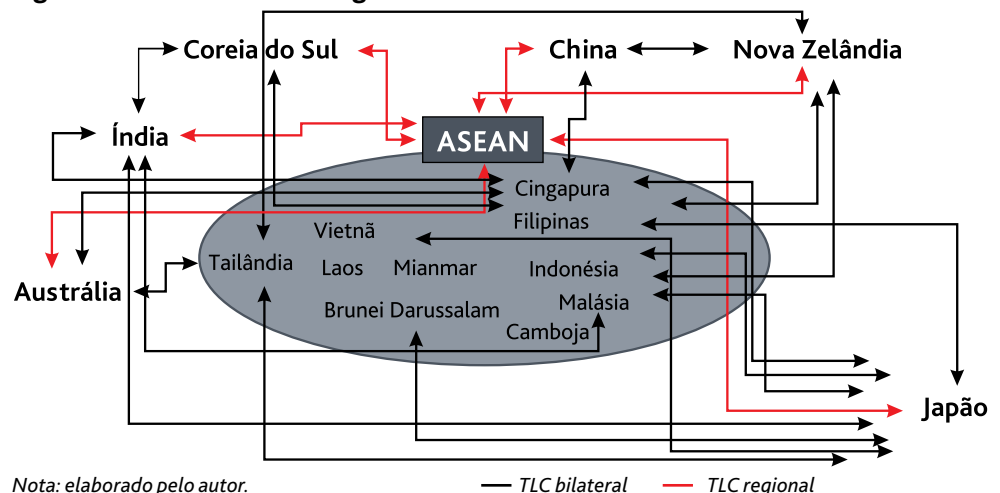
Yose Rizal Damuri

Apesar da crescente atenção que a RCEP tem recebido na comunidade de comércio internacional, o referido acordo megarregional ainda é pouco conhecido na América Latina. Nesse sentido, este artigo apresenta as características principais da RCEP e analisa suas implicações para o sistema multilateral de comércio.

As iniciativas de integração evoluíram de maneira significativa nos últimos 20 anos: desde o princípio dos anos noventa, o número de tratados de livre comércio (TLCs) triplicou, e um movimento similar foi observado nos países da Ásia. No entanto, o Leste asiático demorou a assimilar o regionalismo. Ao final da década de 1990, existia apenas um TLC composto por países da subregião: a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês)¹. Outros países da Ásia Oriental continuaram a privilegiar o sistema multilateral de comércio, embora também tenham se envolvido com iniciativas de regionalismo aberto, sob as regras da Cooperação Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês).

Desde os primeiros anos do novo milênio, o regionalismo se tornou a fórmula mais popular de liberalização do comércio na região. Atualmente, existem 18 acordos bilaterais de livre comércio entre países do Leste asiático. E mesmo que a ASEAN tenha assinado cinco tratados comerciais com seis parceiros da região, vários de seus integrantes firmaram acordos por conta própria com esses mesmos países (Figura 1). Alguns membros da ASEAN chegaram a assinar acordos bilaterais com cada um dos seis países, como no caso de Cingapura.

Figura 1. TLCs bilaterais e regionais na Ásia Oriental



Essa superposição de TLCs bilaterais e regionais tornou difícil a tarefa de identificar os possíveis benefícios da liberalização comercial. Uma característica comum aos acordos da região é a baixa utilização dos dispositivos de preferência. Estudos sobre o uso do tratamento preferencial nos TLCs da Ásia Oriental revelam que as empresas não utilizam os acordos de maneira ótima².

Ora, o tratamento preferencial necessita de certas regras de origem para assegurar que os benefícios tarifários sejam apenas aplicados sobre produtos provenientes dos sócios do acordo em questão. Normas mais complexas e não harmonizadas geram mais confusão e elevam os custos de transação dentro dos TLCs, o que reduz os benefícios dos acordos.

Membros da CEPEA

- Austrália
- Brunei
- Camboja
- China
- Cingapura
- Coreia do Sul
- Filipinas
- Índia
- Indonésia
- Japão
- Laos
- Malásia
- Mianmar
- Nova Zelândia
- Tailândia
- Vietnã

Esse problema de integração na Ásia é denominado "síndrome do prato de macarrão oriental" (*noodle bowl*).

O fato de que nenhum país usufrua apropriadamente dos tratamentos preferenciais constitui um efeito negativo. A eliminação das tarifas preferenciais pode ocasionar um desvio de comércio, ou seja, a fonte de algumas importações pode ser alterada para um fornecedor mais eficiente do que aquele que recebe o tratamento preferencial. Alguns estudos empíricos sustentam que os desvios de comércio no Leste asiático não podem ser subestimados, ainda que também resultem em ganhos de comércio³.

Um acordo que englobe todas as economias do Leste asiático exige a harmonização das regras de todos os TLCs vigentes na região. Isso reduziria os custos de transação e simplificaria as regras e procedimentos comerciais. Em meados da década de 2000, duas propostas foram avaliadas nessa direção: a Área de Livre Comércio da Ásia Oriental (EAFTA, sigla em inglês), de iniciativa chinesa; e a Associação Econômica Integral da Ásia Oriental (CEPEA, sigla em inglês), liderada pelo Japão⁴. No entanto, considerou-se que as propostas concorriam entre si e, portanto, receberam pouco apoio de outros países da região.

Em novembro de 2011, os líderes da ASEAN chegaram a um consenso e propuseram a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, sigla em inglês). A proposta apontava para uma associação econômica integral e de benefício mútuo entre os membros da ASEAN e os seis países com os quais a ASEAN possui TLCs (Austrália, China, Coreia do Sul, Japão, Nova Zelândia e Índia).

A proposta foi aprovada por todos os sócios da ASEAN e, na cúpula de 2012, os líderes dos 16 países asiáticos anunciaram o início das negociações da RCEP. Os "Princípios Orientadores e Objetivos"⁵ da Parceria estabeleceram os elementos básicos para o início da negociação, como escopo e nível de ambição. O documento também especificava que a RCEP extrapolava o formato de um acordo comercial, na medida em que também promovia o desenvolvimento econômico equitativo, a cooperação econômica e a assistência técnica.

A RCEP pode, ainda, ser pensada como uma resposta da China e dos membros da ASEAN à Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês), impulsionada pelos Estados Unidos. Sob a perspectiva da ASEAN, a TPP pode produzir danos à relação econômica e política entre os países do Sudeste asiático, pois quatro de seus dez integrantes estão vinculados à TPP, o que poderia deslocar a ASEAN de sua posição de liderança na Ásia em matéria de integração econômica⁶.

Principais características e resultado possível da RCEP

No ponto de partida da ambiciosa meta da RCEP estão os acordos ASEAN+1, isto é, os TLCs assinados entre a ASEAN e China, Coreia do Sul, Índia e Japão. Além da liberalização de bens e serviços, os membros da RCEP deverão debater temas como facilitação do comércio, cooperação econômica, assistência técnica, investimento, concorrência e propriedade intelectual. Com isso, a RCEP busca harmonizar o emaranhado de regras e práticas atualmente em vigor no bojo da ASEAN+1.

Certamente, esta não é uma tarefa fácil. Em matéria de desgravação tarifária, por exemplo, cada um dos cinco acordos que compõem a ASEAN+1 possui um cronograma distinto. Atualmente, existem 55 esquemas de redução de tarifas em cinco acordos ASEAN+1, pois cada integrante mantém cinco esquemas de desgravação para seus sócios⁷. Ainda, os países da ASEAN tendem a excluir do cronograma produtos sensíveis específicos para cada sócio.

Para lograr seu objetivo, é preciso que os membros da RCEP aprofundem seus compromissos para além daqueles existentes nos acordos mais avançados da ASEAN+1 (como o TLC entre Austrália e Nova Zelândia). Assim, a RCEP não só atenuaria a síndrome de "*noodle bowl*", como também elevaria o patamar de compromissos dos acordos na Ásia Oriental.

Principais parceiros da ASEAN

1. União Europeia
2. China
3. Japão
4. Estados Unidos
5. Coreia do Sul
6. Índia
7. Austrália

Fonte: ASEAN (2012)

Contudo, vários integrantes da Parceria são reticentes à extensão de seus compromissos atuais devido ao fraco apoio político doméstico e à rivalidade entre os países. Ademais, a busca por uma coerência das regras coloca dificuldades a países menos desenvolvidos no que diz respeito à sua equiparação ao patamar regulatório dos integrantes da RCEP mais desenvolvidos.

Ainda que os "Princípios Orientadores" da RCEP sejam vagos com relação à meta de alcançar um desenvolvimento econômico equitativo na região, algumas propostas indicam que isso pode ocorrer por meio da simplificação e facilitação do comércio, da assistência técnica e econômica centrada no desenvolvimento das capacidades dos países menos desenvolvidos e do aperfeiçoamento da conexão entre os membros da Parceria.

Esse pode ser um primeiro passo para que o desenvolvimento sustentável seja contemplado no acordo. Os TLCs da Ásia Oriental raramente abordam o tema, ainda que vários incluam aspectos como meio ambiente, energia e problemas sociais. Não existem temas específicos vinculados ao desenvolvimento sustentável dentro das áreas propostas na RCEP, nem mesmo em proteção ambiental. Porém, no Modelo de Comunidade ASEAN 2015, particularmente na área econômica e sociocultural, é definido um marco para o desenvolvimento econômico mais equilibrado, melhorias na saúde, educação e proteção ambiental. Assim, a ASEAN pode incorporar formalmente elementos de desenvolvimento sustentável em seus documentos de posição posteriores a 2015. Como motor das negociações da RCEP, a ASEAN pode beneficiar-se das negociações de maneira substantiva no que toca ao desenvolvimento sustentável.

É muito cedo para saber se os países do Leste asiático serão capazes de obter conclusões sólidas nos temas e objetivos planejados. Espera-se que o acordo entre em vigor ao mesmo tempo que a implementação da Comunidade Econômica da ASEAN, em finais de 2015.

Até os dias atuais, houve poucos avanços nos temas mais polêmicos. É preciso que os participantes sejam ambiciosos, mas, ao mesmo tempo, devem se concentrar em lograr um acordo em temas mais simples, como facilitação do comércio e cooperação técnica. Ainda que não se chegue a firmar um acordo de alta qualidade dentro do prazo final, é necessário que os países da Ásia Oriental mantenham um ritmo de negociação e produzam algo substantivo em um primeiro momento.

RCEP, FTAAP e o sistema multilateral de comércio

A RCEP é uma das duas frentes em negociação na Ásia Oriental e no Pacífico: a outra é a TPP. Assim, não surpreende que uma cause efeitos sobre a outra, pois vários países estão envolvidos em ambos os processos.

As duas iniciativas são geralmente consideradas como parte de negociações mais amplas, com vistas à consolidação de uma Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (FTAAP, sigla em inglês). A possibilidade de convergência da RCEP e da TPP em direção a um terceiro acordo de maior dimensão, que contemple toda a região, dependerá de como essas duas iniciativas interagirão e como enfrentarão seus desafios. O fato de sete dos 12 integrantes da TPP também participarem da RCEP pode facilitar esse processo, embora seja provável que isso produza complicações em decorrência dos diferentes tipos de acordos assinados no âmbito de cada uma dessas negociações.

Ainda que a RCEP possa ser considerada uma concorrente da TPP, ambas se complementam. Esta última é um "clube exclusivo para ricos", exceto por dois países medianos: Peru e Vietnã. A atenção já não se concentra nas barreiras comerciais e tarifárias, mas sim na busca de coerência nos marcos regulatórios.

O cenário é ligeiramente diferente na RCEP, uma vez que a diferença de desenvolvimento entre seus integrantes é mais notória. O acesso ao mercado de bens permanece como um dos principais problemas, bem como a facilitação do comércio, que em vários dos integrantes mais importantes continua pouco evoluída. Alguns países, contudo, precisam de mais tempo para adotar compromissos maiores: são os mesmos que hesitam em

arriscar-se a participar da TPP e assumir obrigações que podem prejudicar sua economia. Nesse contexto, a RCEP pode ser observada como uma alternativa e preparação para uma posterior integração mais profunda na região.

Por último, a integração regional comercial da Ásia Oriental e do Pacífico deve ser situada no contexto do sistema multilateral de comércio. Ambos acordos podem constituir o primeiro passo para uma crescente multilateralização do regionalismo. No entanto, esses tratados regionais também podem desviar a atenção e os esforços dos países do Leste asiático do sistema multilateral.

Uma integração regional exitosa, que logre abordar os problemas dos TLCs, como o “*noodle bowl*”, reduziria os incentivos para melhorar verdadeiramente o sistema multilateral. Não apenas isso, o regionalismo pode converter-se, acidentalmente, em uma escada para se alcançar um maior comércio intrarregional.

Para assegurar que os tratados propostos para a Ásia Oriental melhorem o sistema multilateral de comércio, os países da região devem, primeiramente, pensar um acordo que produza o menor desvio de comércio possível e que seja mais flexível com os países não participantes. As concessões preferenciais devem anteceder um maior acesso da Nação Mais Favorecida, e os países devem implantar o princípio “*ratchet*” sobre a base multilateral.

Segundo, os tratados devem contar com um mecanismo aberto e flexível de adesão, por meio do reconhecimento das diferentes capacidades das economias da região. A RCEP já prevê essa flexibilidade em seus princípios, mas cabe aos membros da TPP assegurar que isso figure entre os compromissos pétreos do acordo.

Terceiro, são necessários maiores esforços para a convergência dos vários mega-acordos de livre comércio, como a criação de um mecanismo de comunicação e intercâmbio adequado, vitais tanto para a RCEP quanto para a TPP, pois sete países são signatários dos dois tratados.

Finalmente, os avanços até a FTAAP podem aumentar as possibilidades da integração regional da Ásia-Pacífico, para que seja convertida em um bloco de apoio à construção de um sistema multilateral mais forte e vigente de comércio.

❶ A ASEAN é formada por 10 países do Sudeste asiático: Brunei Darussalam, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã.

❷ Ver: Kawai, M.; Ganeshan, W. Asian FTAs: Trends, prospects and challenges. In: *Journal of Asian Economics*, v. 22, n. 1, 2011, pp. 1-22.

❸ Ver: Urata, S.; Okabe, M. *Trade creation and diversion effects of regional trade agreements on commodity trade. Discussion papers 10-E-007*. Research Institute of Economy, Trade and Industry, 2010.

❹ O EAFTA propôs uma integração menor entre os países da ASEAN e três países do Noroeste asiático (Japão, Coreia e China), enquanto que o CEPEA tentou uma integração ASEAN+6 (com Austrália, Nova Zelândia, Índia e os três países do Noroeste asiático).

❺ Ver: <<http://bit.ly/1BOuHdo>>.

❻ O conceito de “centralidade ASEAN” definiu o regionalismo da Ásia Oriental em diversos aspectos políticos e econômicos. No entanto, o início, em 2012, das negociações de livre comércio entre China, Coreia do Sul e Japão teve o potencial de minimizar a posição da ASEAN. Isso agrava as preocupações da TPP e a participação de quatro de seus integrantes no processo. Uma integração da Ásia Oriental com a ASEAN como líder, reforçaria sua própria posição.

❼ Ver: Fukunaga, Y.; Kuno, A. Toward a consolidated preferential tariff structure in East Asia: going beyond Asean+1 FTAs. *ERIA Policy Brief*, 2012.



Yose Rizal Damuri

Chefe do Departamento de Economia do Center for Strategic and International Studies (Jacarta, Indonésia).

NEGOCIAÇÕES MEGARREGIONAIS

A América Latina e o comércio com a Ásia: para além do “prato de espaguete”

Adriana Erthal Abdenur

Este artigo discute iniciativas voltadas à harmonização do complexo repertório de acordos bilaterais de comércio que hoje caracteriza a relação entre América Latina e Ásia. A partir desse quadro, a autora identifica os principais entraves à consecução desse objetivo.

Os fluxos comerciais entre América Latina e Ásia aumentaram enormemente desde o início do século XXI. Em 2010, as transações com os cinco principais sócios asiáticos superaram o intercâmbio com a União Europeia (UE), chegando a cerca de 50% do total comercializado com os Estados Unidos. Esse rápido aumento deve-se, em parte, à proliferação de tratados de livre comércio (TLCs) desde os anos 1990, processo que ganhou força após o impasse na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O engajamento crescente da Ásia no comércio transpacifico permite que os países latino-americanos aproveitem parte do considerável dinamismo ali gerado. A concretização de tais anseios, porém, dependerá da superação de uma série de obstáculos políticos e econômicos, tanto no nível regional quanto transregional.

O problema está em parte relacionado com o alto nível de fragmentação dessas relações. Em grande medida, a multiplicação dos laços comerciais na região do Pacífico foi obtida com a assinatura de acordos bilaterais. Assim, o crescimento dos intercâmbios foi acompanhado de um aumento considerável da complexidade e de certa redundância entre as distintas regras existentes. É comum o uso da metáfora do “prato de espaguete” para se referir a quadros como aquele observado na Ásia, em que a fragmentação cria não apenas oportunidades, mas também altos custos. Na América Latina, por sua vez, esforços para coordenar a ação estatal em política comercial costumam seguir uma lógica *ad hoc*, o que pode criar obstáculos para uma coordenação multilateral eficaz.

Compreender o atual contexto de fragmentação exige uma descrição do processo que o gerou. O entusiasmo pelo livre comércio com outras regiões do globo é relativamente recente tanto na América Latina como na Ásia: seu início remonta à década de 1990. Desde então, alguns países latino-americanos têm adotado políticas destinadas ao aproveitamento dos TLCs com a Ásia. O Chile, pioneiro no estabelecimento de um acordo com a China, fornece um bom exemplo. Diversos compromissos adotados desde a virada do século XXI – como o Acordo de Parceria Econômica Estratégica Transpacifico (também conhecida pela sigla em inglês P4) e tratados com Coreia do Sul, Índia, Japão, Malásia e Tailândia – asseguram à economia chilena um importante acesso aos mercados asiáticos. Posteriormente, outros Estados seguiram essa linha, como no caso de México, Panamá e Peru.

É impossível ignorar as potencialidades e desafios trazidos por esses novos acordos comerciais. Muitos países asiáticos consolidaram sua presença como atores globais em setores de trabalho intensivo (como calçados, têxteis e vestimentas). Um grupo menor, detentor de tecnologia avançada, está inserido em cadeias de valor destinadas à produção de artigos com maior valor agregado. O resultado é que, em muitos setores, a Ásia é um competidor direto de empresas latino-americanas pelos mercados da região. Sócios como Estados Unidos e UE também sentem-se ameaçados por esse avanço, tanto devido à competitividade asiática quanto ao fato de que o desempenho econômico recente da Ásia parece mais convidativo para parcerias. Em outras palavras, a América Latina observa com atenção o crescimento asiático e deseja aproveitá-lo para impulsionar seu próprio desenvolvimento.

A estratégia comercial do Chile

- 23 acordos
- 61 países envolvidos
- 63% da população mundial
- 8 acordos com países asiáticos
- 5 tratados em negociação na Ásia

Fonte: MRE do Chile (2014)

Junto com a crise, a ascensão da China cria novas oportunidades para a América Latina. O papel do governo chinês, sempre em busca de alianças em novos mercados, já está bem definido na região. O gigante asiático é um dos principais fornecedores das importações latino-americanas, e as projeções apontam para uma expansão ainda maior. O caso do México é ilustrativo: se, em 2001, a China detinha 2% das importações mexicanas, uma década depois essa participação já tinha chegado a 15%. O aumento das exportações para o mercado chinês é igualmente exemplar, ainda que restrito a *commodities* e produtos secundários. Outros países, como o Vietnã, encontram-se em um processo de abertura de sua economia, o que oferece oportunidades para a ampliação do intercâmbio comercial.

Obviamente, tais tendências não se materializam no vácuo: são acompanhadas do fortalecimento de outros laços – e, muitas vezes, de outras assimetrias. Os investimentos asiáticos na América Latina e uma participação crescente da China nos assuntos regionais demonstram essa realidade. Uma iniciativa emblemática foi a decisão de Beijing de requerer sua associação ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), movimento formalizado em 2009, com a contribuição de US\$ 350 bilhões para o financiamento de vários programas.

A consolidação de novos pólos de crescimento em ambas as regiões cria a necessidade de uma maior coordenação dos esforços regionais. Ao mesmo tempo, novas formas de competição criam obstáculos a esforços interregionais, o que exige inovações institucionais capazes de contornar tais problemas. Os acordos comerciais existentes variam quanto ao alcance e enfoque: oscilam entre a extrema especificidade – como no caso do TLC entre Japão e Peru – e o estabelecimento de princípios gerais com vistas à expansão dos intercâmbios comerciais. Diante de tamanha diversidade, é natural que as relações entre América Latina e Ásia sejam associadas à metáfora do “prato de espaguete”, haja vista o complexo e ineficiente padrão de integração que se apresenta na região atualmente.

Quais são os principais desafios ao fortalecimento da cooperação para impulsionar o comércio com a Ásia? Em alguns casos, o avanço asiático sobre os mercados latino-americanos provoca tensões, especialmente quando a China está envolvida. Com frequência, as reações à presença asiática na América Latina são traduzidas em medidas protecionistas. Diante de uma avalanche de importações baratas, alguns países impuseram tarifas a produtos estrangeiros, na tentativa de proteger a indústria nacional.

Exemplo dessa lógica é dado pelo Brasil. Respondendo à entrada da JAC Motors China no mercado brasileiro de automóveis, o governo federal estabeleceu que veículos que não tivessem ao menos 65% de conteúdo produzido localmente pagariam uma tarifa de 30%. Na Argentina, é considerável a resistência de diversos grupos de interesse ao aluguel ou compra de terras por empresas chinesas – fenômeno observado na Patagônia.

Outros países adotam lógica distinta. O México, assim como o Chile, está disposto a negociar com a China e, assim, eliminar uma série de barreiras ao comércio bilateral. Tal aproximação não é fácil, como ilustram as acusações de práticas desleais de comércio contra a China, vocalizadas por determinados atores mexicanos. O aproveitamento das oportunidades de intercâmbio com a Ásia, porém, exige vontade política para superar ao menos parte dessas resistências.

Uma vez estabelecido o desejo de negociar, é necessário não apenas ampliar o volume e a diversidade dos fluxos comerciais entre ambas as regiões: sem uma revisão do arcabouço institucional que regula tais trocas, qualquer resultado será limitado. Em outras palavras, a fragmentação em diversos tratados, as assimetrias comerciais e o recurso a práticas protecionistas deverão ser controlados, a fim de possibilitar uma política comum para a integração com os mercados asiáticos. Obviamente, ambos os lados têm um papel fundamental nesse processo, dado que a proliferação de TLCs é um fenômeno compartilhado.

Já existem iniciativas voltadas a melhorar a situação. A proposta de criação de uma Área de Livre Comércio Ásia-Pacífico (FTAAP, sigla em inglês), por exemplo, busca diminuir a

complexidade das relações comerciais entre América Latina e Ásia. Por sua vez, a Iniciativa do Arco do Pacífico Latino-Americano (ARCO), enfrenta, desde o seu estabelecimento, desafios para consolidar-se como uma plataforma de aproximação com o mercado asiático. No plano transregional, o Fórum de Cooperação América Latina-Leste Asiático (FOCALAL) foi pensado como canal de demandas por harmonização no conjunto de regras, de modo a organizar o “prato de espaguete”. Até o momento, porém, esse canal multilateral foi incapaz de lograr resultados consistentes.

Os desequilíbrios comerciais ajudam a revelar outros desafios para ambas as regiões. À maioria dos governos da América Latina, seria desejável o aumento da participação nas cadeias de valor asiáticas. No entanto, o alto grau de especialização que se observa atualmente no comércio com a Ásia pode dificultar uma coordenação mais ampla. A limitada diversificação da pauta de exportações da maioria dos países latino-americanos, por sua vez, deriva de seus inúmeros problemas estruturais – como os níveis relativamente baixos de capital humano, o investimento insuficiente em ciência e tecnologia e a infraestrutura inadequada. De fato, os distintos níveis de desenvolvimento socioeconômico ajudam a explicar o melhor desempenho da Ásia nas estatísticas de comércio exterior. Reduzir a distância em relação aos países asiáticos exige à América Latina a capacidade de planejar ações que englobem tanto políticas nacionais quanto a coordenação regional.

São várias as barreiras comerciais que prejudicam os intercâmbios entre os países asiáticos e latino-americanos. Limitações estruturais, como a infraestrutura deficiente e a prevalência de um sistema de transporte marítimo ineficiente na América Latina, impõem desafios cuja resolução exige investimentos massivos. A concentração geográfica das rotas de navegação constitui outro fator limitante: a maioria absoluta dos portos da região não possui linhas diretas com a Ásia, o que implica custos adicionais e perda de eficiência.

Diversos projetos de infraestrutura foram articulados desde o aumento do interesse pela integração comercial na América Latina. Uma vez concretizadas, tais ideias permitirão a exploração de novas rotas logísticas no continente, como no caso da rota interoceânica, que ligará a costa atlântica brasileira a três portos do Peru na costa pacífica, passando pela Bolívia. Também, o corredor bioceânico tem por objetivo vincular o porto brasileiro de Santos aos principais portos do Chile.

Enquanto isso, porém, os planos servem de lembrete da distância entre potencialidades e a sua exploração efetiva. Para os países latino-americanos, o pleno aproveitamento das oportunidades comerciais oferecidas pela Ásia exigirá uma maior coordenação dos esforços estatais.

Ações coletivas, porém, dependem da superação das divergências entre os modelos perseguidos pelos Estados da região. As evidências parecem apontar para a persistência do quadro de fragmentação, ou mesmo para seu aprofundamento. Em seu atual formato, predomina a dispersão nos acordos comerciais colecionados pela América Latina. Fortalecer a posição latino-americana no comércio internacional requer negociações políticas, convergência regulatória, integração dos mercados financeiros e mais recursos destinados a infraestrutura, facilitação do comércio e logística. Somente um conjunto coerente de políticas, baseado em uma visão do todo e com foco no longo prazo, permitirá a desamarração dos nós existentes entre os TLCs de seus países.



Adriana Erthal Abdenur
Professora de Relações
Internacionais na PUC-Rio e
pesquisadora do BRICS Policy
Center.
E-mail: abdenur@puc-rio.br

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da África e os países emergentes: Brasil versus China?

Neil Renwick

Considerando o papel central desempenhado por Brasil e China nas economias da África, este artigo analisa formas de maximização dos ganhos em matéria de desenvolvimento na relação entre as potências emergentes e os países do continente africano.

A crescente presença das economias emergentes na África e seus impactos para o desenvolvimento são fatores críticos para o futuro do continente africano, principalmente em matéria de comércio, investimento e infraestrutura. Apesar da importância de Brasil e China nesse quadro, os países africanos não têm aproveitado ao máximo as oportunidades de desenvolvimento resultantes dessa proximidade.

Para maximizar os ganhos obtidos a partir das relações com Brasil e China, bem como ampliar o alcance dos benefícios na África, é necessário que os países africanos articulem uma abordagem coordenada de longo prazo. Este artigo explora algumas formas por meio das quais esse objetivo pode ser perseguido. Para tal, discute o grau de envolvimento desses países emergentes no continente africano e busca identificar o significado de "desenvolvimento" praticado por Brasil e China mediante suas iniciativas econômicas na África.

Brasil e China na economia africana

Como potências emergentes, Brasil e China são concorrentes comerciais. Esse aspecto opera como motor não apenas de uma constante busca pela expansão da presença desses países na África, como também influencia a abordagem que esses países adotam com relação ao desenvolvimento. Por outro lado, Brasil e China também são parceiros, o que pode ser ilustrado pelo agrupamento BRICS e pelo diálogo Sul-Sul. Isso também fica evidente pelo acordo de swap cambial no valor de US\$ 30 bilhões, assinado entre os dois países em 2013.

A China é o maior parceiro comercial da África. O comércio do gigante asiático com o conjunto de países africanos aproximou-se dos US\$ 200 bilhões em 2013, e autoridades chinesas estimam um volume de US\$ 300 bilhões para o intercâmbio comercial com o continente em 2015. O estoque chinês de investimento estrangeiro direto (IED) na África soma quase US\$ 20 bilhões, dos quais US\$ 3 bilhões foram contabilizados apenas em 2012. O valor dos novos contratos assinados por companhias chinesas no continente africano registrou um montante de US\$ 43 bilhões em 2013 – um crescimento de 40% em relação ao ano anterior. As empresas estatais da China desempenharam um papel fundamental nesse quadro; contudo, são as mais de 2.000 empresas chinesas privadas que impulsionam a expansão do país asiático na África.

O envolvimento do Brasil é menor, mas tem crescido rapidamente em montante, alcance geográfico e número de setores contemplados. O comércio com a África cresceu em US\$ 16 bilhões dentro de uma década, alcançando US\$ 20 bilhões em 2010. Esse fluxo difere do intercâmbio dos países africanos com a China em diversos aspectos. Primeiramente, no caso chinês, o comércio espalha-se por todo o continente africano. O Brasil, por sua vez, possui mais de 60% de suas trocas comerciais concentradas em: África do Sul, Angola, Egito e Nigéria. Esse leque, entretanto, tem sido ampliado em direção ao Leste, para incluir a Comunidade da África Oriental (EAC, sigla em inglês), Etiópia, Moçambique e Quênia.

Os investimentos da China na África são substanciais e continuam a aumentar de forma acentuada. Ambos os países desempenham um papel proeminente na orientação de

A relação África-China em números

- comércio equivalente a US\$ 200 bilhões
- estoque de IED de cerca de US\$ 20 bilhões
- mais de 2.000 empresas privadas atuando no continente

Enquanto isso, o Brasil

- exporta cerca de US\$ 20 bilhões à África
- conta com um estoque de IED acima de US\$ 1 bilhão
- Concentra mais de 60% de suas vendas em 4 países

reformas de mercado voltadas ao crescimento, mas diferem significativamente em quase todos os outros aspectos.

O estoque de IED brasileiro na África estava na ordem de US\$ 1,2 bilhão entre 2001 e 2008. Uma diferença marcante frente ao envolvimento da China é o número menor de empresas brasileiras atuantes na África. O perfil corporativo do Brasil no continente é caracterizado pela combinação de um pequeno número de empresas do setor extrativo, energético e de construção civil, as quais já estão ali estabelecidas há muitos anos; com um número crescente de pequenas e médias empresas na indústria de manufaturados e serviços.

O desenvolvimento colocado em questão

O apoio do governo a empresas chinesas desempenha um papel fundamental para sua entrada na África. Desde a formulação da "Política da China para a África", em 2006, a diplomacia econômica do país asiático para o continente expandiu significativamente por meio do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), o que resultou em visitas políticas de alto nível entre as regiões. Além disso, as firmas chinesas desfrutaram de uma pluralidade de fontes de financiamento como o China Eximbank, o Banco da China e o Banco de Desenvolvimento da China.

Em 2011, a ajuda financeira chinesa para a África era de US\$ 75,4 bilhões. No entanto, uma pesquisa publicada em 2013 pelo Centro de Desenvolvimento Global (CGDEV, sigla em inglês) sustenta que apenas US\$ 1,1 bilhão desse montante se enquadra efetivamente na definição de ajuda oficial para o desenvolvimento (ODA, sigla em inglês) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dito de outro modo, grande parte da ajuda chinesa para o continente africano não atende a condições como: foco no desenvolvimento econômico; taxas concessionais de juros para os empréstimos; e participação em, pelo menos, 25% do financiamento dos projetos.

O governo chinês, entretanto, argumenta que tem participado da construção de hospitais, instalações sanitárias, redes de eletricidade e de comunicação, bem como da capacitação agrícola e do oferecimento de bolsas de estudo. Destaca, ainda, seu papel na reconstrução de países em contextos de pós-conflito, na concessão de empréstimos, na anistia de dívidas e na oferta de garantias de investimento. Segundo o Ministério das Relações Exteriores da China, a cooperação econômica do país com a África contribuiu com mais de 20% do crescimento africano entre 2000 e 2013.

Apesar da imagem benevolente criada pelo governo chinês sobre sua presença na África, o país asiático tem constituído alvo de críticas de naturezas diversas. Entre estas, destaca-se que a política chinesa de "não intervenção" no continente ignora as violações de direitos humanos praticadas por seus parceiros africanos. Também, alega-se que o ingresso de firmas e trabalhadores chineses prejudica os negócios locais, o que limita o emprego e a qualificação profissional dos africanos. Outra crítica recorrente diz respeito à opacidade chinesa na prestação de contas e ao impacto ambiental de suas atividades.

O governo brasileiro também tem buscado estimular as relações com o continente africano, especialmente por meio do recorrente contato diplomático de alto nível. A primeira viagem ao exterior da presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2011, teve como destino África do Sul, Angola e Moçambique. O IED brasileiro na África tem sido incentivado pelo governo, notadamente pelo programa "Integração com a África", lançado em 2008, com um fundo de US\$ 265 milhões. Tal iniciativa concentrou-se em setores-chave para o desenvolvimento do comércio bilateral, como agricultura, energia, telecomunicações, petroquímica, automóveis, serviços financeiros e farmacêuticos. Ainda, mais da metade dos fluxos de ODA do Brasil são destinados a Estados africanos.

O relacionamento do Brasil com a África inclui um programa de assistência para o desenvolvimento, que oferece linhas de crédito, suporte técnico e transferências de conhecimento, além de mecanismos para anistiar dívidas. Em 2008, o orçamento total para a ajuda técnica do Brasil estava abaixo dos US\$ 200 milhões, em contraste com os

atuais US\$ 430 milhões – grande parte desse montante é direcionada à África. O apoio estatal brasileiro inclui um compromisso de reestruturação de US\$ 900 bilhões das dívidas externas de 12 países africanos. Embora o Brasil ainda não tenha associado de forma sistemática sua ajuda ao uso de empresas e serviços nacionais, o governo faz uso de linhas de crédito para facilitar a compra de bens e serviços brasileiros, como no caso dos US\$ 2 bilhões em crédito destinados a Angola em 2013.

O engajamento do Brasil com o continente africano difere daquele adotado pela China, pois as empresas brasileiras contratam trabalhadores e firmas locais. Em parte, essa abordagem resultou do aprendizado com a experiência das empresas chinesas, cuja importação de mão de obra da China gerou forte insatisfação entre os trabalhadores de países africanos.

Porém, as empresas brasileiras também tiveram problemas na África, como o bloqueio feito por manifestantes na entrada das instalações da Vale em Moçambique, em abril de 2013, para exigir o pagamento de indenizações aos 1.000 camponeses desalojados pela construção de uma mina em 2008. Até o momento, entretanto, tais tensões são pontuais, e a antipatia local com o Brasil é muito menor do que com a China.

Maximizando os benefícios para a África

A África precisa de recursos, capacitação profissional, infraestrutura, inserção nas cadeias de valor e acesso a mercados. A presença do Brasil e da China na África pode contribuir para todos esses fatores. Contudo, para extrair o máximo das parcerias e assegurar o crescimento sustentável no continente, é preciso que a África articule uma estratégia coerente e consistente – argumento que não é particularmente novo.

Nesse processo, a responsabilidade pelos problemas não deve incidir apenas sobre o governo e as empresas da China. Cabe aos políticos, aos empresários e à sociedade civil africana esclarecerem como os benefícios da presença da China na África podem ser maximizados; e de que forma seus efeitos negativos podem ser reduzidos.

O reconhecimento da importância disso ficou evidente com a criação da Parceria Estratégica da África com Potências Emergentes, no âmbito da União Africana (AU, sigla em inglês). Relatório divulgado pelo grupo em 2007 sustenta que as prioridades africanas nas parcerias com Brasil e China devem incluir a aceleração da industrialização; o desenvolvimento da infraestrutura, da agricultura e do capital humano; a aquisição de tecnologia e conhecimento; a abertura de mercados; e a modernização do setor de serviços. O documento destaca, ainda, que o objetivo mais urgente nas relações com as potências emergentes deve ser a industrialização efetiva do continente, o desenvolvimento do setor de serviços e a diversificação produtiva das economias africanas.

O panorama econômico e o ambiente para negócios na África apresentaram melhorias significativas na última década, e as novas parcerias com países como Brasil e China têm contribuído positivamente para essa mudança. Contudo, ainda existe um longo percurso para se alcançar as metas definidas em 2007 pela AU.

Considerações finais

As necessidades críticas de desenvolvimento da África passam pela expansão significativa de sua infraestrutura intrarregional e do comércio e investimento. Na tentativa de alcançar tais objetivos, a atual preferência por arranjos bilaterais nas relações com as potências emergentes – por exemplo, mediante financiamentos direcionados a um único país, ao invés de múltiplos – deve ser associada a uma abordagem multilateral mais robusta. Nesse ponto, os Estados africanos poderiam aproveitar o conhecimento das empresas brasileiras e chinesas. O Novo Banco de Desenvolvimento, anunciado na Cúpula dos BRICS de Durban, em novembro de 2013, busca superar esse desafio ao viabilizar projetos multilaterais de investimento. O tempo dirá se os “novos parceiros” da África serão capazes de transformar as aspirações de desenvolvimento em realidades duradouras.



Neil Renwick

Professor de segurança global na Coventry University e ex-consultor do PNUD e do IDRC.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A propriedade intelectual no Brasil: barreiras a um comércio internacional mais eficiente

Marcelle F. Espíndola Barros

A partir da análise sobre a gestão pública da propriedade intelectual no Brasil, este artigo discute os principais obstáculos a uma participação mais significativa do país no mercado internacional.

A propriedade intelectual é considerada essencial para o aumento da eficiência do comércio exterior e para o desenvolvimento econômico das nações. O tema tem adquirido amplo destaque em âmbito nacional e internacional. Muitos juristas consideram o direito da propriedade intelectual como o “grande direito do século XXI”.

Nesse contexto, este artigo pretende analisar a gestão pública da propriedade intelectual no Brasil e seus obstáculos para uma participação mais significativa do país no mercado internacional. A pergunta que orienta esta reflexão é: o Brasil tem participado de forma efetiva do comércio internacional e, com isso, atendido à função constitucional da propriedade intelectual?

Regulação da propriedade intelectual no Brasil

Pela divisão clássica, a propriedade intelectual compreende a propriedade industrial (marca, patente, indicação geográfica, desenho industrial etc.) e o direito autoral. No Brasil, a propriedade intelectual está garantida no rol dos direitos e garantias fundamentais.

O direito autoral encontra amparo no artigo 5º, XXVII e XXVIII da Constituição Federal. Em âmbito infraconstitucional, é regulado pela Lei No. 9.610/1996, complementada recentemente pela Lei No. 12.853/2013.

A propriedade industrial, por sua vez, está prevista no artigo 5º, XXIX da Constituição Federal, que estabelece privilégio temporário aos titulares de inventos industriais, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. A Lei No. 9.279/1996 regula direitos e deveres relativos à propriedade industrial, considerando os termos dispostos na Constituição (artigo 2º). O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é a autarquia federal responsável pela aplicação das normas de propriedade industrial no Brasil.

Assim, o direito protege o investimento do criador e lhe assegura exclusividade – na maior parte dos casos, por prazo determinado – na exploração de seu bem industrial. Em contrapartida, de acordo com o direito de exclusividade, após certo período de tempo, o uso do bem deixa de ser privado e passa a estar disponível a todos, beneficiando, com isso, a sociedade.

Obstáculos a uma maior participação do Brasil no comércio internacional

A capacidade de desenvolver invenções, novas tecnologias e produtos protegidos pela propriedade intelectual é um dos fatores associados ao desenvolvimento de um país. Mas não é só: é também necessário que tais países regulem a propriedade intelectual de forma adequada e segura, de modo a atrair investimentos estrangeiros que possam impulsionar o desenvolvimento. Exemplo disso é a mudança no paradigma de promoção ao desenvolvimento do Banco Mundial. Se, nas décadas de 1970 a 1990, a receita envolvia investimentos em infraestrutura, hoje a recomendação é voltada às reformas jurídicas, com vistas a propiciar maior segurança e estabilidade.

Nesse sentido, um ambiente institucional com regras do jogo claras favorece a realização de mais negócios internacionais ligados à propriedade intelectual – em

A propriedade intelectual no Brasil

- responde por 1,2% a 2% do PIB
- representa 2% da mão de obra nacional

especial a celebração de contratos de transferência de tecnologia, o que pode levar ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país.

No Brasil, a propriedade intelectual responde por 1,2% a 2% do produto interno bruto (PIB) e representa apenas 2% da mão de obra nacional^②. Para a propriedade intelectual atuar como um mecanismo de desenvolvimento do país e contribuir para o comércio internacional, é necessário a participação do Estado^③.

Nesse contexto, tem-se percebido um crescente aumento nos debates envolvendo a propriedade intelectual na esfera governamental brasileira^④. Há, por exemplo, a revisão de marcos legais – como nos casos recentes envolvendo o marco civil da Internet e a revisão da Lei de Patentes – e a realização de uma série de estudos relacionados ao tema no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), por sua vez, tem empreendido esforços na articulação da governança da propriedade intelectual no Brasil. Destaca-se, ainda, o Plano Brasil Maior, programa do governo federal que trata da política para indústria, tecnologia e comércio exterior do país.

Apesar dessas iniciativas, existem grandes obstáculos a serem vencidos – entre eles, está o elevado tempo de demora do INPI em conceder registros. O tempo médio para a concessão de inovações no Brasil tem crescido vertiginosamente nos últimos anos. Em 2003, o INPI levava aproximadamente seis anos para conceder patentes de invenção. Hoje, esse prazo pode variar de 10 a 14 anos, a depender da tecnologia envolvida.

O Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos (USPTO, sigla em inglês) leva, em média, dois anos para conceder patentes^⑤; e o Escritório Europeu de Patentes (EPO, sigla em inglês), leva de três a quatro anos aproximadamente^⑥.

Sem dúvidas, essa demora está relacionada ao número de examinadores de que o INPI dispõe para a análise dos processos. Com o passar dos anos, a autarquia federal tem cada vez menos funcionários e, por outro lado, mais pedidos para examinar. Em 2012, cada examinador tinha aproximadamente 738 pedidos de patente. Hoje, são quase 1.000 pedidos de patentes por examinador – dados bem diferentes dos escritórios estadunidense e europeu. Na Europa, cada examinador tem aproximadamente 91,2 pedidos para analisar. Nos Estados Unidos, são 77 pedidos por examinador^⑦.

A morosidade brasileira é fruto também de uma estrutura administrativa restrita em comparação às demandas do mercado de inovações, o que representa grande obstáculo para o desenvolvimento da propriedade intelectual no Brasil.

Outro entrave diz respeito ao excessivo grau de intervencionismo do INPI nos contratos de transferência de tecnologia. A entidade brasileira faz uma série de exigências para registrar e averbar tais contratos, por exemplo: i) limita o prazo de validade dos contratos de *know-how*; ii) veda licença de *know-how* ao não aceitar cláusula que estabeleça a devolução do conhecimento ao fim do contrato; iii) interfere no valor dos *royalties* e exige que a remuneração seja estabelecida de acordo com os preços praticados nacional e internacionalmente em contratações similares; e iv) veda cláusula de confidencialidade por prazo indeterminado.

Muitas das referidas exigências não possuem sequer base legal – não estão previstas em qualquer instrumento normativo que regule o procedimento interno do INPI na apreciação dos contratos. São práticas decorrentes de uma política protecionista adotada desde a década de 1970, a despeito das grandes transformações sociais, jurídicas e econômicas por que o Brasil passou nos últimos 40 anos.

A falta de clareza nas regras do jogo para o registro de contratos e a postura intervencionista do INPI levam à assimetria de informação entre as Partes e ao aumento dos custos de transação até o ponto de impedir a celebração de negócios envolvendo transferência de tecnologia no Brasil.

Os obstáculos analisados acima desvelam algumas das razões pelas quais o Brasil exerce uma participação tão tímida no cenário internacional em matéria de propriedade intelectual. Em recente pesquisa realizada pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), entre os 20 maiores escritórios de patentes no mundo, o Brasil ocupa a penúltima posição – atrás apenas da Polônia, em relação ao número de patentes válidas no país. Nessa lista, os Estados Unidos figuram em primeiro lugar (2,2 milhões de patentes); em segundo, o Japão (1,6 milhão); seguidos de China (875 mil); e Coreia do Sul (738 mil). O Brasil possui apenas 41.453 patentes válidas, o que o coloca em posição inferior aos demais países BRICS – China (875 mil), Rússia (181 mil), África do Sul (112 mil) e Índia (42.991).

Outro estudo sintomático dos problemas por que passa o Brasil na gestão da propriedade intelectual foi elaborado pelo escritório internacional Taylor Wessing, que mede o Índice Global de Propriedade Intelectual (GIPI, sigla em inglês) no mundo. No relatório de 2013, o Brasil ocupou a 31ª posição, atrás de países desenvolvidos e também de China, África do Sul, Chile, Tailândia e Rússia. O índice engloba marcas, patentes, direitos autorais, desenhos industriais e considera questões relativas à velocidade e qualidade de obtenção, exploração e cumprimento dos direitos de propriedade intelectual nos países.

Considerações finais

A posição brasileira está muito aquém de seu potencial, além de ser paradoxal para uma nação que figura como a sexta maior economia do mundo. A propriedade intelectual ainda está muito longe de atender ao interesse social e de promover o desenvolvimento no Brasil, o que reflete diretamente na acanhada participação do país no comércio internacional.

A mudança desse cenário passa por políticas públicas que implementem mecanismos de apoio à inovação, integrem instituições de pesquisa e empresas privadas, invistam na infraestrutura e na eficiência do INPI e, por fim, proporcionem um ambiente institucional mais seguro para a realização de negócios ligados à propriedade intelectual.

❶ Ver: Davis, Kevin E.; Trebilcock, Michael J. A relação entre direito e desenvolvimento: otimistas versus céticos. In: *Revista Direito GV*, São Paulo, n. 9, jan.-jun. 2009, pp. 217-68.

❷ Disponível em: <<http://bit.ly/1tYK0il>>.

❸ Ver: Ribeiro, Marcia Carla Pereira; Agostinho, Eduardo Oliveira. Development and Innovation: The Role of State Enterprises. In: *Global Trade and Customs Journal*, n. 6, 2011, pp. 361-75.

❹ Ver: Pereira, José Matias. A gestão do sistema de proteção à propriedade intelectual no Brasil é consistente? In: *Revista de Administração Pública*, vol. 45, n. 3, mai.-jun. 2011, pp. 567-90.

❺ Disponível em: <<http://1.usa.gov/1mdrMYu>>.

❻ Disponível em: <<http://bit.ly/1o4KcpB>>.

❼ Todos os dados utilizados neste parágrafo estão disponíveis em: <<http://bit.ly/1o0o1AS>>.



Marcelle F. Espíndola Barros
Advogada e mestranda
em Direito Econômico e
Socioambiental pela PUC-PR.
LL.M em contratos internacionais
e resoluções de disputas na
Universidade de Turim (Itália).

Informações úteis

ICTSD promove painéis no Fórum Público da OMC

O ICTSD está organizando junto a instituições parceiras quatro painéis que comporão a programação do Fórum Público da Organização Mundial do Comércio (OMC) deste ano, em Genebra (Suíça). Um dos painéis, a ser realizado em 2 de outubro, às 12h (horário de Brasília), discutirá a agenda de desenvolvimento pós-2015, que inclui objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). O evento explorará como o comércio pode oferecer suporte à consecução dos ODS e discutirá o papel do setor privado e de suas parcerias com os governos na operacionalização desses objetivos. Participarão do painel: Ricardo Meléndez-Ortiz, diretor-executivo do ICTSD; Guillermo Valles, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês); Friedrich Soltau, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA, sigla em inglês), Nova York; e Lara Birkes, do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). Outro painel co-organizado pelo ICTSD leva o título de "Inovação, propriedade intelectual e o papel dos setores informais no desenvolvimento da África" e ocorrerá em 3 de outubro, às 11h (horário de Brasília). O evento debaterá formas de aprimoramento da transferência de tecnologia e da assistência técnica para os países africanos. Deste painel, participarão os seguintes especialistas: Taffere Tesfachew, da UNCTAD; Pedro Roffe, do ICTSD; Dick Kawooya, da University of South Carolina; e Tobias Schönwetter, da Cape Town University. As sessões serão transmitidas pela Internet, no site do Fórum Público da OMC. Confira [aqui](#) a lista completa de painéis organizados pelo ICTSD.

Conferência BBEST discutirá avanços em bioenergia

Com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP), a Conferência Brasileira sobre Ciência e Tecnologia em Bioenergia (BBEST, sigla em inglês) realiza sua segunda edição entre 20 e 24 de outubro, em Campos do Jordão (SP). O evento constitui um espaço de interlocução para cientistas, estudantes, organizações não governamentais (ONGs) e representantes da indústria e do governo. Nessa ocasião, serão debatidos resultados de pesquisas nacionais e internacionais sobre bioenergia, na interface de áreas do conhecimento como: tecnologia, inovação, motores, meio ambiente, sustentabilidade, uso da terra, biomassa e novos combustíveis – com destaque para investigações empreendidas no âmbito do Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN). A programação da segunda edição da BBEST também conta com um dia voltado à formulação de políticas públicas em bioenergia nas áreas de segurança alimentar, mudanças climáticas, inovação e desenvolvimento sustentável. Para acessar mais informações sobre a Conferência, clique [aqui](#).

UFSC realiza evento sobre blocos econômicos e potências emergentes

O Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está organizando o VIII Congresso Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, que será realizado em 20 e 21 de outubro, em Florianópolis (SC). Em 2014, o evento será organizado em torno do tema "Blocos econômicos, potências emergentes e acordos comerciais na perspectiva dos sistemas-mundo". Os organizadores ressaltam que também são bem-vindos trabalhos que critiquem a perspectiva dos sistemas-mundo. Os interessados devem enviar, até 10 de agosto, os trabalhos completos (em formato Word ou PDF, com 25 páginas no máximo) para o e-mail <gpepsm@contato.ufsc.br>.

USP organiza simpósio sobre América Latina

O Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) realizará, de 11 a 14 de novembro, o simpósio internacional "Pensar e repensar a América Latina". Além de palestras, o evento contará com treze seminários de pesquisa, em que serão apresentados trabalhos de pesquisa que abordem temáticas de América Latina. O evento ocorrerá no Complexo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin na Universidade de São Paulo. Acesse mais informações [aqui](#).

Plataforma capacitará pesquisadores na área de biodiversidade

Em meados de setembro, os membros da Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES, sigla em inglês) iniciaram a formulação de seu primeiro programa de trabalho para o período 2014-2018. Uma das principais propostas é a criação de uma *matchmaking facility*, ferramenta que permite reunir as demandas por capacitação dos parceiros e as ofertas de apoio feitas por instituições e indivíduos. "O problema é que a demanda está em um lugar, e a oferta, em outro. Esse mercado *online* pretende ser um lugar de encontro entre aqueles que têm algo a pedir e os que têm algo a oferecer, seja um treinamento, um trabalho voluntário ou uma consultoria, sejam recursos financeiros para doação", declarou Richard Byron-Cox, diretor de Capacitação do Secretariado da Convenção de Combate à Desertificação das Nações Unidas (UNCCD, sigla em inglês). A plenária em que o programa de trabalho deverá ser formalmente apresentado e votado ocorrerá em janeiro de 2015. Leia mais informações sobre a IPBES [aqui](#).

Publicações



Propriedade intelectual, concorrência e aspectos regulatórios dos medicamentos **ICTSD – julho 2014**

O livro faz uma análise extensiva da última geração de normas internacionais que afetam os produtos farmacêuticos e os desafios para sua aplicação no âmbito doméstico. A obra divide-se em duas seções principais: a primeira aborda os aspectos regulatórios e a propriedade intelectual; a segunda, a propriedade intelectual em um marco jurídico competitivo. Cada uma dessas seções conta com artigos que analisam desde a proteção dos dados de provas e os direitos do consumidor até os nexos entre a propriedade intelectual e o direito concorrencial nos tratados de livre comércio. O livro é editado por Xavier Seuba e publicado conjuntamente pelo ICTSD e a Universidade Javeriana da Colômbia. O livro pode ser acessado [aqui](#).



Regulação internacional de produtos farmacêuticos **ICTSD – julho 2014**

O documento é baseado no capítulo introdutório do livro *Propriedade intelectual, concorrência e aspectos regulatórios dos medicamentos*, publicado em 2014. O estudo concentra-se na última geração de normas internacionais que impactam os produtos farmacêuticos e os desafios correspondentes em sua aplicação doméstica. Assim, destacam-se dois elementos principais: as normas de propriedade intelectual e as normas técnicas que respondem às necessidades sociais e econômicas; e a importância da cautela na condução das tratativas sobre novos compromissos internacionais. O documento pode ser acessado [aqui](#).



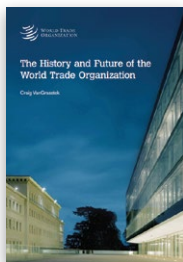
Medindo o comércio e a inovação **ICTSD – julho 2014**

Este artigo, assinado por Daniela Benavente, analisa formas de mensurar os aspectos comerciais relacionados à inovação e à criatividade, no contexto do sistema multilateral de comércio. A autora faz um balanço dos indicadores recentes de comércio internacional e sua vinculação com a inovação. Entre suas recomendações está o apoio às organizações internacionais e os países na melhoria da compilação, elaboração e difusão dos dados de interesse para o comércio e a inovação. Ainda, a autora recomenda que se busque melhores maneiras de enriquecer os processos de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC), a fim de convertê-la em um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de capacidades de inovação. O artigo pode ser acessado [aqui](#).



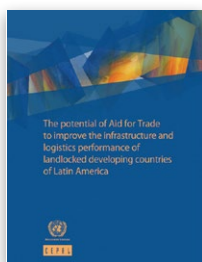
Fuga de capitais e crises macroeconômicas no Brasil (1960-2012) **Global Financial Integrity – setembro 2014**

O estudo discute a fuga de capitais e fluxos financeiros ilícitos provenientes do Brasil em um cenário de crises econômicas. Entre 1960 e 2012, a economia brasileira passou por períodos de taxas elevadas de inflação, déficits fiscais e uma profunda dívida externa – quadro que gerou a necessidade de constantes reescalonamentos e ocasionou longos períodos de recessão. O relatório indica que um dos principais canais para a fuga de capitais ilícitos é o comércio exterior brasileiro, uma vez que o subfaturamento de exportações é o método mais comum para a transferência ilegal de fundos do Brasil. Acesse o relatório [aqui](#).



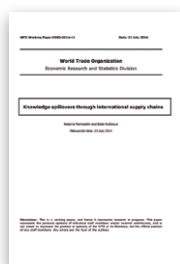
A história e o futuro da Organização Mundial do Comércio OMC – 2013

Elaborado por Craig Van Grasse, este livro apresenta um amplo relato sobre a constituição e evolução da Organização Mundial do Comércio (OMC): o processo de adesão dos membros, a negociação das coalizões, a formação do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), o relacionamento da OMC com outras organizações internacionais e o lançamento e evolução da Rodada Doha. Ainda, o livro contém fotos dos primeiros anos das negociações no âmbito do sistema multilateral de comércio, além de uma revisão histórica das conquistas da Organização. À luz desse histórico, o autor discute os temas-chave a serem abordados no futuro da OMC, bem como os principais desafios que se colocam à Organização. O livro pode ser acessado [aqui](#).



O potencial do AfT para a melhoria do desempenho logístico e de infraestrutura dos países em desenvolvimento sem acesso marítimo da América Latina CEPAL – agosto 2014

Melhorar a infraestrutura e o desempenho da logística dos países em desenvolvimento sem acesso marítimo da América Latina é uma das áreas prioritárias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e, em particular, da Divisão de Recursos Naturais e Infraestrutura (NRID, sigla em inglês). Nesse sentido, este documento apresenta as principais atividades desempenhadas pela NRID, com destaque para a evolução do Plano Almaty, além de um resumo de sugestões de políticas públicas resultantes dessas atividades. Acesse o estudo [aqui](#).



A difusão do conhecimento ao longo das cadeias internacionais de suprimento OMC – julho 2014

O artigo mostra que a difusão do conhecimento aumenta à medida que as cadeias de suprimento se aprofundam entre os países. As autoras questionam a visão tradicional de que a difusão do conhecimento depende principalmente das distâncias geográficas e da dimensão dos fluxos de comércio. O estudo sugere que políticas nacionais de inclusão nas cadeias globais de suprimento podem contribuir para o desenvolvimento econômico. O artigo pode ser acessado [aqui](#).



Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais IPEA – julho 2014

Nos últimos anos, os países que compõem o BRICS constituíram o foco de atenção de acadêmicos, jornalistas e investidores. Enxergados como economias dinâmicas, capazes de alterar sensivelmente a agenda de crescimento no mundo, o grupo progressivamente cresce em importância na política internacional e nos mecanismos de governança global. Nesse contexto, o livro publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) reúne especialistas para discutir qual o papel dos BRICS na integração regional, bem como as dificuldades enfrentadas por esses países emergentes na adoção de uma agenda política comum. A publicação pode ser acessada [aqui](#).



Parecer sobre os efeitos econômicos do tratamento *duty-free* de importações ICTSD – agosto 2014

Em abril de 2014, o governo dos Estados Unidos abriu uma consulta pública acerca dos potenciais efeitos econômicos de um acordo comercial sobre bens ambientais. A consulta será parte de um documento confidencial direcionado aos oficiais do escritório do representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, sigla em inglês). Dessa forma, o ICTSD produziu um parecer em que destaca medidas a serem tomadas durante as negociações, para que um eventual acordo efetivamente contribua para a ação climática e produza incentivos suficientes para a ampliação do mercado de energias renováveis. O parecer pode ser acessado [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da
Noruega**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Preço: €10.00
ISSN 1996-919

